

## Questão Discursiva 02435

Em ação indenizatória ajuizada na justiça comum, determinado município foi condenado a pagar ao autor a quantia de duzentos mil reais. A sentença foi confirmada pelo tribunal e transitou em julgado. Em decorrência da inércia do município para pagar a quantia, o autor da ação deseja tomar medida judicial para receber o pagamento referente à condenação.

---

Considerando a situação hipotética apresentada, redija um texto dissertativo atendendo ao que se pede a seguir.

- Indique o procedimento a ser utilizado pelo particular para receber o valor da condenação e informe o modo como deve ser feito o pagamento ao credor, bem como a forma pela qual o ente público deve realizar sua eventual defesa se discordar dos valores apresentados pelo particular.

- Apresente a(s) modalidade(s) de citação que pode(m) ser utilizada(s) para a citação da pessoa jurídica de direito público no procedimento mencionado, indicando o rol de modalidades de citação previstas no Código de Processo Civil.

- Discorra sobre a possibilidade de o particular receber os valores incontroversos no caso de a pessoa jurídica de direito público, em sua defesa, alegar apenas existir excesso do valor pretendido pelo particular (como, por exemplo, excesso nos juros e correção monetária).

### Resposta #002497

Por: **Fran Concursanda** 28 de Janeiro de 2017 às 14:11

O particular deverá executar o título executivo judicial por quantia certa. Pelo fato de o réu se tratar de Fazenda Pública, não caberá indicação de bens a penhora, pois seus bens são impenhoráveis. Desse modo, conforme disposto no artigo 100, da CF, o particular receberá o valor devido por meio de precatório. O município poderá apresentar embargos à execução, no prazo de 30 dias, conforme o artigo 910, CPC/2015.

A Fazenda Pública será intimada na pessoa de seu representante judicial, por carga, remessa ou meio eletrônico, em conformidade com o artigo 535, CPC/2015. Quanto às formas de citação do mencionado diploma legal, ela poderá se dar das seguintes formas: correio, meio eletrônico, oficial de justiça, hora certa e edital.

Há ainda a possibilidade de o particular receber os valores incontroversos, se a Fazenda Pública alegar apenas excesso de execução. A executada deve indicar o valor que entende ser devido, sob pena de não conhecimento da arguição e, caso seja rejeitada, será expedido o precatório em favor do exequente.

### Resposta #002508

Por: **Rafael Machado** 2 de Fevereiro de 2017 às 17:33

O procedimento a ser utilizado pelo particular é a Execução por Quantia Certa, como previsto no artigo 534 CPC. Uma vez que os bens do município são impenhoráveis e devido ao valor da condenação, o pagamento deverá ser feito através de precatórios. Caso o valor fosse inferior a 30 Salários Mínimos, poderia ser feito por Requisição de Pequeno Valor (RPV).

No caso de eventual defesa, o município deverá apresentar Embargos à Execução, cujo prazo é de 30 dias após a citação, estabelecido pelo artigo 910 CPC. No citado recurso, a Fazenda Pública poderá alegar qualquer matéria que lhe seria lícito como defesa no processo de conhecimento.

Como estabelece o artigo 535 CPC, "A Fazenda Pública será intimada na pessoa de seu representante judicial, por carga, remessa ou meio eletrônico".

Estabelece ainda o CPC, no artigo 523, que é possível o pagamento dos valores incontroversos, sendo necessário o autor requerer ao exequente o pagamento do débito. No caso em tela, poderia então o autor requerer o pagamento do valor incontroverso. Diferente do previsto no citado artigo, no entanto, o pagamento não se dará em 15 dias, mas por precatório ou RPV, a depender do valor.